Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para povos e comunidades tradicionais em municípios do Marajó – Pará

The role of the nutritionist in the Nacional School Feeding Program (PNAE) for indigenous and traditional communities in municipalities of Marajó – Pará

La actuación del nutricionista enel Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) para pueblos y comunidades tradicionales em los municipios de Marajó – Pará

Débora Cristina da Silva Quaresma[1], Isameriliam Rosaulem Pereira da Silva[1], Jucilene Magalhães Alves Sousa[1], Patrícia Miranda Mendes[1], Fernanda Maria Lima Moura[1], Andréa das Graças Ferreira Frazão[1], Ivanira Amaral Dias[1], Luisa Margareth Carneiro da Silva[1], Claudia Daniele Tavares Dutra[1].

RESUMO

Objetivo: Analisar a execução das atribuições dos nutricionistas responsáveis técnicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), lotados no setor de alimentação escolar, no atendimento aos escolares pertencentes a povos e comunidades tradicionais, em municípios do Marajó-Pará. **Métodos:** Estudo transversal qualitativo-quantitativo, realizado em 10 municípios do Marajó-PA, nos anos de 2022 e 2023, com dados do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar-UFPA. Foi aplicado um questionário sobre a execução das atividades dos nutricionistas no PNAE. Os dados foram analisados conforme as legislações do PNAE. **Resultados:** Participaram deste estudo 9 nutricionistas, a maior parte com vínculo contratual com os municípios e, em média, 4,5 anos de atuação no setor de alimentação escolar. A maioria dos municípios apresentou parâmetro numérico insuficiente no quadro técnico de profissionais. Dentre as atribuições realizadas, as atividades operacionais foram as mais prevalentes, seguidas das funções técnica e logística. Verificou-se associação estatisticamente significativa ($p<0,05$) entre o tempo de atuação e as ações de Educação Alimentar e Nutricional. **Conclusão:** Foi observado conformidade quanto à articulação dos atores envolvidos no PNAE, contudo, há desafios para execução das demais atividades obrigatórias previstas na Resolução CFN nº 465/2010 para atendimento da alimentação escolar de alunos inseridos em povos e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: PNAE, Povos e comunidades tradicionais, Nutricionista, Alimentação escolar, Marajó.

ABSTRACT

Objective: Analysis of the execution of the duties of the nutritionists responsible for the National School Feeding Program (PNAE), working in the school feeding sector, in serving students from traditional peoples and communities, in municipalities of Marajó-Pará. **Methods:** Cross-sectional qualitative-quantitative study conducted in 10 municipalities in Marajó-PA, during the years 2022 and 2023, with data from the Collaborating Center for School Feeding and Nutrition-UFPA. A questionnaire was applied to assess the execution of the nutritionists' activities in PNAE. The data were analyzed according to the PNAE regulations.

[1] Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém – PA.

SUBMETIDO EM: 11/2025 | **ACEITO EM: 12/2025** | **PUBLICADO EM: 12/2025**

Results: Nine nutritionists participated in this study, most of whom had a contractual link with the municipalities and an average of 4.5 years of experience in the school feeding sector. Most municipalities had an insufficient numerical parameter for the technical staff. Among the duties performed, operational activities were the most prevalent, followed by technical and logistical functions. A statistically significant association ($p<0.05$) was observed between the time of service and the actions of Food and Nutrition Education. **Conclusion:** It was observed that there was conformity regarding the articulation of the actors involved in PNAE; however, there are challenges in executing other mandatory activities foreseen in Resolution CFN No. 465/2010 for the school feeding of students from traditional peoples and communities.

Keywords: PNAE, Traditional peoples and communities, nutritionist, school feeding, Marajó.

RESUMEN

Objetivo: Análisis de la ejecución de las tareas de los nutricionistas responsables del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), asignados al sector de alimentación escolar, en la atención a los escolares pertenecientes a pueblos y comunidades tradicionales, en municipios de Marajó-Pará. **Métodos:** Estudio transversal cualitativo-cuantitativo realizado en 10 municipios de Marajó-PA, durante los años 2022 y 2023, con datos del Centro Colaborador en Alimentación y Nutrición Escolar-UFPA. Se aplicó un cuestionario sobre la ejecución de las actividades de los nutricionistas en el PNAE. Los datos fueron analizados conforme a las normativas del PNAE. **Resultados:** Participaron en este estudio 9 nutricionistas, la mayoría con vínculo contractual con los municipios y con un promedio de 4,5 años de experiencia en el sector de alimentación escolar. La mayoría de los municipios presentó un parámetro numérico insuficiente en el cuadro técnico de profesionales. Entre las tareas realizadas, las actividades operacionales fueron las más prevalentes, seguidas de las funciones técnicas y logísticas. Se observó una asociación estadísticamente significativa ($p<0,05$) entre el tiempo de servicio y las acciones de Educación Alimentaria y Nutricional. **Conclusión:** Se observó conformidad en cuanto a la articulación de los actores involucrados en el PNAE; sin embargo, existen desafíos para la ejecución de otras actividades obligatorias previstas en la Resolución CFN Nº 465/2010 para la alimentación escolar de los alumnos de pueblos y comunidades tradicionales.

Palabras clave: PNAE, Pueblos y comunidades tradicionales, Nutricionista, Alimentación escolar, Marajó.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) consiste em uma política integrativa de combate à fome e fomento de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e mudanças de hábitos alimentares para estudantes de todas as faixas etárias e modalidades de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos- EJA). Segundo Faria MGE (2021), o programa tem por objetivo proporcionar um avanço no desempenho cognitivo, motor e escolar, além de oportunizar a melhoria das condições de saúde dos estudantes, garantindo o direito do aluno, a pelo menos, uma refeição ao dia, com o objetivo de oferecer pelo menos 30% das necessidades diárias de micronutrientes e macronutrientes.

O nutricionista é o ator chave na execução do PNAE, desenvolvendo diversas atribuições. Entre elas o atendimento de todos os alunos, incluindo aqueles matriculados em escolas localizadas em territórios de povos e comunidades tradicionais, dos quais devem ser consideradas as especificidades alimentares e culturais de cada região, compreendendo a necessidade de um planejamento específico que atenda às necessidades da comunidade, frente à realidade local (BRASIL, 2020).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é responsável pelo repasse financeiro às Entidades Executoras-EEx (secretarias de educação, municípios, estados e/ou escolas). Deste modo, fundamentado na Lei 11.947/2009 (BRASIL, 2009) e reiterado pela Resolução n° 6/2020 (BRASIL, 2020), um valor per capita diferenciado é repassado aos municípios que registram no Censo Escolar os alunos matriculados em escola indígenas e quilombolas, objetivando o fortalecimento da SAN nesses territórios (BRASIL 2009; BRASIL, 2020).

A Resolução n° 465/2010 (CFN, 2010) do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), institui ao nutricionista atribuições obrigatórias e parâmetro numérico de nutricionistas que devem vigorar nas escolas, conferindo a boa execução do PNAE. Neste âmbito, o Art. 3° da resolução enfatiza algumas das atividades a serem executadas pelo nutricionista e demais quadro técnico (QT), como: importância na elaboração, planejamento e adequação do cardápio escolar, acompanhamento nutricional e antropométrico aos estudantes e identificação de necessidades nutricionais específicas de escolares. Não obstante, também pauta acerca da elaboração dos cardápios voltados à valorização cultural e alimentar de cada comunidade, entendendo suas especificidades e tradições.

Convém ressaltar que, na atualidade, a Resolução CFN n° 789/2024 (BRASIL, 2024) rege as atribuições obrigatórias e complementares aos nutricionistas, bem como institui o parâmetro numérico de referência atualizado para atendimento às diretrizes do PNAE, conforme a categorização de porte dos municípios (pequeno, médio e grande), além de prever um parâmetro numérico diferenciado para atender o conjunto de escolas rurais/indígenas/quilombolas das EEx. Neste estudo, foi adotado a Resolução CFN n° 465/2010 (CFN, 2010), visto ser a legislação vigente no período da pesquisa. Atualmente, os desafios para execução do PNAE no contexto de povos e comunidades tradicionais, mais especificamente localizados da região marajoara, permeiam dificuldades logísticas, de produção e de caracterização de pertencimento social (LISBÔA CM, et al., 2021), além de aspectos voltados ao contexto socioeconômico e cultural. No que concerne, às atividades voltadas ao atendimento de escolares pertencentes a povos e comunidades tradicionais, a Lei n° 11.947/2009 (BRASIL, 2009) prevê a inclusão da alimentação escolar que esteja em conformidade aos hábitos, tradições e crenças, que atendam às necessidades nutricionais destes indivíduos. Analogamente, as estratégias de inclusão às práticas alimentares possibilitam um olhar mais centrado à dimensão da alimentação escolar conforme os aspectos individuais de cada região.

Compreender e caracterizar os entraves presentes na implementação do PNAE são de extrema importância, visto a escassez de estudos regionais e nacionais acerca do acesso à política integrativa do PNAE para povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Estudos que caracterizam o potencial ou aresta desta perspectiva, ainda não são completamente claros, necessitando de pesquisas que permitam o maior entendimento desta realidade. Em face do exposto, o presente estudo visa analisar a execução das atribuições dos Nutricionistas Responsáveis Técnicos (RT's), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no atendimento aos escolares pertencentes a povos e comunidades tradicionais, em municípios do Arquipélago do Marajó-Pará.

MÉTODOS

O presente estudo faz parte de um projeto executado pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE-UFPA) intitulado "Panorama da Alimentação Escolar no Estado do Pará". Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, do Instituto de Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS-UFPA), conforme parecer nº 3.738.979, CAAE n° 23944819.1.0000.0018.

Trata-se de um estudo transversal, com análise qualitativa e quantitativa, realizado a partir da coleta de dados, com nutricionistas responsáveis técnicos do PNAE, atuantes em municípios do Marajó, nos anos de 2022 e 2023. Para compor a amostra da pesquisa foram selecionados 10 municípios da ilha do Marajó. Os critérios utilizados para seleção dos municípios foram: a) municípios localizados nas Regiões Intermediárias de Breves; situados na Região imediata de Breves e Soure-Salvaterra; b) percentual de aquisição da agricultura familiar de 30%, referente ao ano de 2022; c) municípios que responderam/aceitaram a mobilização do CECANE-UFPA.

Neste estudo, os municípios envolvidos na pesquisa foram identificados nominalmente, em categorias alfabéticas de A a J, de forma a preservar a identidade dos locais, permitindo, ao mesmo tempo, uma análise organizada e clara dos dados coletados. O primeiro contato com o município e os nutricionistas RT´s do PNAE no Marajó, ocorreram via correio eletrônico (e-mail) e/ou contato telefônico e/ou mídias sociais, a partir de um levantamento prévio com as EEx participantes do estudo. Um questionário com perguntas abertas e fechadas foi estruturado pela equipe CECANE-UFPA, por meio da ferramenta Google Forms ®, versão 0.8/2015. Na presente pesquisa, foi realizado um recorte do questionário, com análise das variáveis de interesse do objetivo do estudo em tela.

O link de acesso ao questionário foi encaminhado aos nutricionistas RT´s de cada EEx selecionada. Os dados coletados durante a pesquisa foram tabulados no software Microsoft Excel ® que foi utilizado como suporte de análise.

Os resultados deste estudo foram fundamentados na análise das diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 465, de 23 de agosto de 2010 (CFN, 2010), que rege as competências e atribuições dos nutricionistas no âmbito da alimentação escolar. A seleção das perguntas foi realizada por meio da amostragem por conveniência, priorizando as questões incluídas no questionário que abordaram diretamente as atividades e desafios dos profissionais atuantes no PNAE. Além disso, foram selecionadas perguntas para identificação da participação da gestão municipal para as atividades do nutricionista.

As análises dos dados qualitativos foram realizadas através das respostas dos nutricionistas, possibilitando a identificação de padrões e facilitando a compreensão dos dados. Na abordagem quantitativa, os dados foram submetidos a tratamentos estatísticos e o instrumento utilizado foi um questionário estruturado (SILVEIRA DT e CÓRDOVA FP, 2009). As atribuições realizadas pelos nutricionistas foram categorizadas e agrupadas em: Técnica, Operacional e Logística:

1. Técnica: realização de avaliação antropométrica e ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), avaliação de hábitos e cultura alimentar; elaboração de cardápios específicos, conforme às necessidades de cada comunidade, previsão da inclusão de alimentos regionais e mapeamento da produção da agricultura familiar.

2. Operacional: participação da EEx com recursos próprios para alimentação escolar, aquisição de alimentos de grupos prioritários de agricultores familiares, realização de audiências públicas para o planejamento das chamadas públicas, implementação da Resolução FNDE n° 06/2020 (FNDE, 2020) para realização de chamadas públicas, e implementação do Art. 14 da Lei 11.947/2009 (BRASIL, 2009) para compra de alimentos da agricultura familiar.

3. Logística: execução de atividades realizadas no contexto de logística de transporte e armazenamento dos insumos alimentícios.

A partir desta categorização foram elencados pontos positivos e pontos de ajuste, por meio das respostas obtidas pelos nutricionistas nos questionários enviados. Esta análise foi baseada em uma perspectiva observacional e de interpretação direta dos dados e das variáveis coletadas, possibilitando uma análise para compreensão e contextualização do objeto de estudo. A análise observacional também é um método de coleta de dados que, em conjunto com outras técnicas metodológicas, permite informações e interpretações sobre respectivas realidades (LAKATOS EM e MARCONI MA, 2003).

O processo de elaboração da análise seguiu as seguintes etapas:

1. Análise preliminar de dados: identificação de informações relevantes e recorrência de respostas.

2. Registro observacional: foram enumerados os pontos com maior e menor frequência.

3. Classificação dos resultados: os pontos foram categorizados para construção de pontos positivos e pontos de ajuste, conforme a execução das atividades realizadas pelos nutricionistas.

4. Interpretação: foi considerado os pontos positivos e pontos de ajuste sobre a execução técnica dos nutricionistas de impacto na operacionalização do programa.

Para análise quantitativa, calculou-se o Teste de Fisher entre as variáveis tempo de atuação do nutricionista no PNAE e as atividades realizadas, relacionando a frequência da atividade por nutricionistas com ≤ 5 anos de atuação, e >5 anos de atuação, considerando um nível de significância $p<0,05$ para o teste estatístico, utilizando o programa BioEstat 5.3

RESULTADOS

Participaram deste estudo 9 profissionais nutricionistas, lotados no setor de alimentação escolar, em 10 municípios do Marajó. Foi observado que um profissional atuava simultaneamente em dois municípios (B e C), atendendo às demandas de ambas as localidades.

Na análise dos dados sobre o tempo de atuação no PNAE dos nutricionistas nas EEx e tipo de vínculo (**Quadro 1**), verificou-se que o tempo médio de atuação dos nutricionistas nos municípios (n=10) estudados foi de 4,5 anos, sendo que, 8informaram possuir vínculo contratual e 2 admitidos via concurso público.

Para identificação da conformidade do número de nutricionistas e presença de quadro técnico (QT) lotados no setor de alimentação escolar (**Quadro 2**), observou-se que os 10 municípios não estavam consoantes à legislação, apresentando parâmetro numérico de QT insuficiente ao número de alunado atendido pelo programa. Dos municípios, 6 informaram que não possuíam QT na composição do setor da alimentação escolar, e destes, apenas um município (A) apresentou QT com 4 nutricionistas. Todos os municípios informaram possuir 1 nutricionista Responsável Técnico (RT).

Quadro 1 - Perfil dos nutricionistas lotados no setor de alimentação escolar, quanto ao tipo de vínculo e tempo de atuação nas Entidades Executoras (EEx). Marajó - Pará, 2022/2023.

Municípios	Tipo de Vínculo	Tempo de Atuação (anos)
A	Contrato de Trabalho	1
B*	Contrato de Trabalho	5
C*	Contrato de Trabalho	2
D	Contrato de Trabalho	1
E	Contrato de Trabalho	11
F	Contrato de Trabalho	8
G	Contrato de Trabalho	2
H	Concurso Público	5
I	Contrato de Trabalho	3
J	Concurso Público	7

Nota: * Mesmo nutricionista atuante.
Fonte: Quaresma DCS, et al., 2025.

Quadro 2 - Análise numérica dos profissionais lotados no setor de alimentação escolar, quanto ao número de nutricionistas, presença de quadro técnico por município, parâmetro numérico de referência da Resolução CFN n°465/2010 e número de alunos atendidos pelo PNAE por município. Marajó - Pará, 2022/2023.

Municípios	N° de Alunos Atendidos (FNDE, 2022)	N°de Nutricionista RT por Município	N° de Nutricionista QT por município	Parâmetro Numérico Mínimo de Referência (CFN, 2010)	Análise de Conformidade
A	34.592	1	4	1 RT + 3 QT e + 01 QT a cada fração de 2.500 alunos	Não Conforme
B*	14.073	1	1		Não Conforme
C*	7.356	1	0		Não Conforme
D	14.516	1	0		Não Conforme
E	6.501	1	0		Não Conforme
F	12.926	1	1		Não Conforme
G	7.583	1	0		Não Conforme
H	22.133	1	1		Não Conforme
I	7.522	1	0		Não Conforme
J	1.537	1	0	1 RT+ 2 QT	Não Conforme

Nota: RT: Responsável Técnico; QT: Quadro Técnico; * Mesmo nutricionista atuante.
Fonte: Quaresma DCS, et al., 2025; dados extraídos do CECANE/UFPA, 2022/2023; CFN, 2010; FNDE, 2022.

Na análise de categorização Técnica, Operacional e Logística de atendimento da alimentação escolar (**Quadro 3**), foi observado que as atividades exercidas pelos nutricionistas RT/QT, não estavam sendo executadas na sua totalidade. Entretanto, verificou-se que a articulação e inclusão da agricultura familiar e ações sobre o planejamento do cardápio escolar foram as atividades mais realizadas.

Ressalta-se que a execução de avaliação antropométrica e ação de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) foram observadas com pouca ou nenhuma frequência nos municípios estudados (n=3). Acerca das atividades voltadas ao caráter operacional da alimentação escolar, foi possível observar maior regularidade dos nutricionistas na participação das audiências públicas com os atores envolvidos no PNAE (n=9). Foi observado ainda, que todos os municípios realizaram chamada pública para compras advindas da agricultura familiar, possuíam o apoio financeiro da EEx para compra da alimentação escolar, segundo as normativas da Resolução n° 6/2020 (BRASIL, 2020).

Em relação a categorização logística das EEx foi informado que apenas 4 dos municípios possuíam depósito adequado para armazenamento da alimentação escolar. Sobre mapeamento da produção familiar local, inclusão de alimentos da agricultura familiar (obtidos por grupos prioritários) e avaliação dos hábitos alimentares, apenas a metade dos municípios (n=5) executavam tais tarefas.

Nos planejamentos dos cardápios foram observados que 6 nutricionistas informaram elaborar cardápios específicos para povos e comunidades tradicionais, e 3 realizavam previsão para inclusão de alimentos regionais e/ou da sociobiodiversidade para composição da alimentação escolar (AE).

Quadro 3 - Atividades realizadas pelos nutricionistas RT/QT, por categorização técnica, operacional e logística de atendimento da alimentação escolar nos municípios estudados. Marajó - Pará, 2022/2023.

	ATIVIDADES REALIZADAS PELOS NUTRICIONISTAS	MUNICÍPIOS										N
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	
TÉCNICA	Avaliação antropométrica		X	X				X				3
	Ação de educação alimentar e nutricional					X	X		X			3
	Avaliação de hábitos alimentares e cultura alimentar	X	X	X			X				X	5
	Elaboração de cardápios específicos para povos e comunidades tradicionais		X	X			X		X	X	X	6
	Inclusão de alimentos regionais e/ou da sociobiodiversidade no cardápio escolar	X	X	X								3
	Mapeamento da produção da agricultura familiar local	X	X	X		X			X			5
	Inclusão de alimentos da agricultura familiar	X	X	X		X	X	X	X	X	X	9
OPERACIONAL	Recursos da EEx* para alimentação escolar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	10
	Inclusão de alimentos da agricultura familiar e/ou grupo prioritários		X	X	X		X		X			5
	Audiências públicas entre a gestão e os representantes para chamada pública	X	X	X	X		X	X	X	X	X	9
	Aplicação da Resolução FNDE nº 06/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	10
	Chamada pública para compras de alimentos da agricultura familiar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	10
LOGÍSTICA	Transporte adequado para a distribuição dos gêneros alimentícios			X	X			X			X	4
	Depósito adequado para a armazenamento dos gêneros alimentícios		X		X	X	X	X			X	6

Nota: N: Frequência de atividades; *Entidade Executora; FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Fonte: Quaresma DCS, et al., 2025; dados extraídos do CECANE/UFPA, 2022/2023.

Os dados sobre a associação da realização de atividades do nutricionista por tempo de atuação na alimentação escolar (categorizada em ≤5 anos e >5 anos) mostraram que, das atividades exercidas, apenas a ação de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) foi estatisticamente significante (p = 0,0083), conforme mostra a **Tabela 1**.

Tabela 1 - Associação da realização de atividades do nutricionista por tempo de atuação na alimentação escolar. Marajó - Pará, 2022/2023.

Tempo de Atuação (anos) no PNAE			P*- Valor
Variáveis	≤5	>5	
Avaliação antropométrica			
Sim	3	0	0.4750
Não	4	3	
Ação de educação alimentar e nutricional			
Sim	0	3	0.0083*
Não	7	0	
Avaliação de hábitos alimentares e cultura alimentar			
Sim	3	2	1.0000
Não	4	1	
Elaboração de cardápios específicos para povos e comunidades tradicionais			
Sim	4	2	1.0000
Não	3	1	
Inclusão de alimentos regionais e/ou da sociobiodiversidade no cardápio escolar			
Sim	3	0	0.4750
Não	4	3	
Mapeamento da produção da agricultura familiar local			
Sim	4	1	1.0000
Não	3	2	
Inclusão de alimentos da Agricultura Familiar			
Sim	6	3	1.0000
Não	1	0	
Recursos da EEx para alimentação escolar			
Sim	7	3	1.0000
Não	0	0	
Inclusão de alimentos da agricultura familiar de grupos prioritários			
Sim	4	1	1.0000
Não	3	2	
Audiências públicas entre a gestão e os representantes para chamada pública			
Sim	7	2	0.3000
Não	0	1	
Aplicaçao da Resolução do FNDE nº 06/2020			
Sim	7	3	1.0000
Não	0	0	
Chamada pública para compras de alimentos da agricultura familiar			
Sim	7	3	1.0000
Não	0	0	
Transporte adequado para a distribuição dos gêneros alimentício			
Sim	3	1	1.0000
Não	4	2	
Depósito adequado para a armazenamento dos gêneros alimentícios			
Sim	3	3	0.2000
Não	4	0	

Nota: *Exato de Fisher p<0,05; EEx: Entidade Executora; FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Fonte: Quaresma DCS, et al., 2025; dados extraídos do CECANE/UFPA, 2022/2023.

Na perspectiva da análise subjetiva nos municípios estudados permitiu-se uma visualização dos fatores positivos e pontos de ajuste que impactam na implementação das atribuições obrigatórias do nutricionista no âmbito do PNAE, conforme apresenta o **Quadro 4**.

Quadro 4 - Análise de pontos positivos e de ajuste conforme as condições e atividades realizadas pelos nutricionistas RT/QT para atendimento no PNAE. Marajó - Pará, 2022-2023.

Atividades Realizadas pelos Nutricionistas	
Pontos Positivos	**Pontos de Ajuste**
Participação e articulação de atores envolvidos no PNAE	Parâmetro numérico de nutricionistas insuficiente para realização das atribuições no PNAE
Engajamento financeiro da EEx para a alimentação escolar	Pouca inclusão de alimentos regionais e da sociobiodiversidade nos cardápios escolares
Depósito majoritariamente adequado para armazenamento de alimentação escolar	Desafios logísticos em municípios do Marajó
Elaboração de cardápios regionalizados	Execução insuficiente das ações de educação alimentar e nutricional
Profissionais com anos de experiência para fortalecer o PNAE	Inconsistência na realização e acompanhamento do estado nutricional

Nota: EEx: Entidade Executora; PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar.
Fonte: Quaresma DCS, et al., 2025; dados extraídos do CECANE/UFPA, 2022/2023.

DISCUSSÃO

Sob o prisma da Resolução FNDE n° 6/2020 (BRASIL, 2020), as atribuições frente às ações de alimentação e nutrição são de responsabilidade do nutricionista RT que, em conformidade com a Resolução CFN n° 465/2010 (CFN, 2010), também estabelece os parâmetros numéricos necessários para operacionalização do PNAE na EEx. Em relação ao perfil dos nutricionistas, quanto ao tempo de atuação no PNAE, 7 dos nutricionistas estavam inseridos como RT nas EEx, há um tempo igual ou superior a 2 anos e uma média de 4,5 anos de atuação. Sob análise de SOUSA LM, et al. (2019), o maior tempo de atuação profissional favorece o cumprimento da legislação do PNAE e a realização das atribuições do programa.

Em relação ao tipo de vínculo, 7 dos nutricionistas informaram atuar por meio de vínculo contratual, sugerindo a falta de concursos públicos voltados à área de saúde coletiva na região marajoara. Este dado, além de ser um possível determinante no exercício dos RT, pode estar relacionado à falta de segurança e autonomia dos profissionais na realização de estratégias, que visem a implementação efetiva do PNAE, ou pela ausência de fatores motivadores que não favorecem a participação integral no programa (CARVALHO KP, 2020). Como uma política integrativa, o PNAE garante o acesso, pelo menos, a uma refeição ao dia, contribuição no desenvolvimento motor e cognitivo, redução da evasão escolar, prevenção de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), por meio da educação em saúde (KROTH DC, et al., 2019). Na busca do alcance destes resultados, o nutricionista contribui de forma primordial quando executa as atividades previstas na Resolução n°6/2020 (BRASIL, 2020).

No que concerne ao parâmetro numérico, frente aos nutricionistas lotados no setor de alimentação escolar dos municípios estudados, observou-se que não foram encontradas inconformidades em relação ao número de nutricionistas RT. Contudo, acerca do quantitativo de nutricionistas QT, este dado não se mostrou favorável segundo com a Resolução CFN n° 465/2010 (CFN, 2010), pois apenas, 4 dos municípios apresentaram mais de um nutricionista lotado no setor de alimentação escolar.

Considerando o PNAE como além de um programa de fornecimento de alimentação, ressalta-se sua importância como fator representativo para a garantia da SAN e melhoria de hábitos saudáveis que

perpassam o ambiente escolar (SALUTO DR e RANGEL TLV, 2022). Fagundes AA, et al. (2018) e Carvalho KP (2020) reforçam o impacto da inadequação numérica como consequência negativa, no não atendimento integral, às demandas do PNAE. Destarte, o número insuficiente de profissionais QT nos municípios impacta diretamente na realização das atividades obrigatórias, que visam a contribuição no desempenho escolar do alunado, promoção da soberania alimentar e, concomitantemente, o aperfeiçoamento do programa.

No que tange às atividades realizadas (**Quadro 3**), foi possível observar maior concentração das atividades voltadas à categoria operacional, como o apoio da EEx no investimento na alimentação escolar, inclusão de alimentos advindos da agricultura familiar ou de grupos prioritários, realização de audiências públicas para articulação da chamada pública, e atendimento às normativas do PNAE sobre as atribuições do nutricionista, conforme a legislação do PNAE (BRASIL, 2009; BRASIL, 2020). Este resultado mostra convergência com um estudo, realizado em municípios de Goiás, por Sousa LM, et al. (2019), constatando que, a maioria dos nutricionistas têm conhecimento sobre a Lei vigente, contudo ainda encontram dificuldades para realização das atribuições técnicas, efetuando-as, de modo parcial.

Corrêa RS, et al. (2017) aponta os entraves na execução das atividades e relaciona com a inconformidade dos parâmetros numéricos de QT. Ainda nesta perspectiva, a análise de Almeida GM, et al. (2018), realizada com nutricionistas lotados no PNAE em diferentes regiões brasileiras, observou que a região Norte apresenta o menor percentual de atividades realizadas pelos nutricionistas no âmbito do PNAE. Deus C e Silva MMC (2023) contribuem ao reforçar a importância da realização plena das atribuições do nutricionista no âmbito do PNAE para promoção da saúde e avanço do desempenho escolar

Acerca das atividades voltadas à agricultura familiar, como o mapeamento da produção e previsão da inclusão de alimentos da AF, os dados foram significantemente positivos. Quanto ao mapeamento da AF, 5 dos municípios realizavam essa atividade, e 9 previam a inclusão de alimentos da AF. Desse modo, a articulação dos atores se mostrou notória para a inclusão da AF. Corrêa NAF, et al. (2020) salientam a importância da escola como não somente um espaço de aprendizado, mas também um ambiente acolhedor que rememore e potencialize a aprendizagem do alunado. Nesse sentido, a comunidade escolar, inserida em um contexto de povos e comunidades tradicionais, necessita de um ambiente, onde a noção de pertencimento seja notável, para que a incorporação de alimentos advindos da própria comunidade exerça uma responsabilidade social (CORRÊA RS, et al., 2020).

De acordo com as respostas informadas, apenas 3 dos nutricionistas durante a elaboração dos cardápios, realizavam previsão de inclusão de produtos regionais ou da sociobiodiversidade. No contexto marajoara, é imperioso notar que esta região é abundante em diversidade biológica, o que representa uma oportunidade para o enriquecimento do cardápio e identidade cultural e nutricional da alimentação escolar. Segundo Guimarães EPB, et al. (2019), a implementação de alimentos regionais impulsiona a supremacia alimentar, valoriza o regionalismo e aumenta a adesão e apreço à alimentação. Nesse sentido, a baixa inclusão de alimentos locais e da sociobiodiversidade nos cardápios indicam um caráter deficitário na inserção de alimentos nativos e de relevância cultural, indicando fragilidade na valorização local (SCUDIERI AP, et al., 2023).

Para atendimento do PNAE, no contexto de povos e comunidades tradicionais, as diretrizes do programa enfatizam a responsabilidade do profissional nutricionista no resgate e valorização da cultura alimentar, promovendo a adequação e elaboração de cardápios específicos (BRASIL, 2021). O beneficiamento, a partir da elaboração de uma alimentação escolar representativa, permite o fomento à valorização cultural, direito alimentar, fornecimento das necessidades nutricionais e fortalece a noção de pertencimento.

Dentre as atribuições realizadas pelos nutricionistas estão também inseridas a participação frente à logística de entrega e armazenamento dos insumos alimentícios. Neste contexto, a realidade do Marajó é pautada por desafios logísticos decorrentes de municípios cercados por rios, além das adversidades referentes às condições precárias nas estradas (CABRAL BC, et al., 2023). Os resultados obtidos neste trabalho demonstraram entraves persistentes em uma parcela expressiva dos municípios estudados, haja vista que, a maioria informou a ausência de transporte adequado para distribuição dos insumos alimentícios.

O estudo de Sousa JMA, et. al. (2022) cita que as dificuldades no transporte geram maiores custos, aumentam o tempo de deslocamento e, consequentemente, contribuem para a perda da qualidade dos gêneros alimentícios. Reiterando, ainda, sobre a necessidade de recursos financeiros preferenciais devido às condições singulares dos municípios do Marajó. Vale salientar que, cabe à EEx, o subsídio estrutural e logístico para alimentação escolar, portanto, reforça-se a realização de audiências públicas entre a gestão e os representantes da chamada pública e a incorporação de alimentos oriundos da agricultura familiar (FNDE, 2020). Dentro desta perspectiva, Muniz AL, et al. (2021), em seu estudo, ressalta a importância da compra advindos de produtores locais, oportunizando a redução de custos e perdas de insumos.

Em relação às ações de avaliação antropométrica, observou-se baixa realização da atividade, sendo esta realizada principalmente por nutricionistas com atuação acima de 2 anos. Embora não tenha havido associação significativa entre o tempo de vínculo e a realização de avaliação antropométrica, os dados de Sousa LM (2019) contribuem revelando que há relação entre o tempo de atuação e as atividades desenvolvidas, por profissionais atuantes há mais de dois anos. O acompanhamento do estado nutricional dos escolares se faz fundamental no monitoramento e prevenção de DCNT, ademais, seu baixo custo, possibilita a promoção de hábitos saudáveis e permite a assistência contínua para o crescimento saudável dos escolares (SOUZA WC, 2022).

No que se refere à realização de atividades de EAN, os resultados evidenciaram que esta atividade é realizada por 3 nutricionistas, sendo estes com vínculo com o município, por um período superior a 5 anos. Silva SU, et al. (2018), contribui em seu estudo pontuando acerca da importância do profissional nutricionista RT nas escolas para a execução de intervenções educativas em alimentação e nutrição e reforça a necessidade de QT para cumprimento das legislações do programa. Almeida GM, et al. (2018), em seu estudo na região Norte, verificou que 86,6% dos profissionais realizavam atividades voltadas à EAN, contudo, majoritariamente, em formato de palestras.

Conforme Muniz AL, et al. (2021), “A comida descreve histórias, singularidades, costumes, identidade, emoções, perfil social e características de um povo”. Neste sentido, a valorização da cultura alimentar também se caracteriza como uma prática de EAN, principalmente a povos e comunidades tradicionais que, por sua vez, complementam um ritual fundamentado na inclusão social, práticas e saberes e simbolismo. Deste modo, cabe reforçar a importância da EAN para o planejamento de intervenções e promoção de melhoria de hábitos saudáveis. Analogamente, reconhecendo a realidade da região marajoara, os dados obtidos na execução de atividades de EAN e avaliação antropométrica, podem estar ligados às dificuldades de acesso às escolas, que comprometem o monitoramento nutricional e a aplicação de intervenções nutricionais.

Ao que tange a análise dos pontos positivos e pontos de ajuste das atividades realizadas pelos nutricionistas, verificou-se que, embora haja uma boa articulação entre os nutricionistas e a EEx frente ao atendimento às normativas da Resolução n° 6/2020 (BRASIL, 2020), a execução das atividades obrigatórias ainda é insuficiente.

Segundo Tombini PK (2022), a consistência dos parâmetros numéricos de QT é fundamental para atender às demandas obrigatórias do programa. De igual forma, a baixa adesão às atividades voltadas ao diagnóstico e acompanhamento nutricional compromete a plena execução dos objetivos de promoção à saúde e mudança de comportamentos alimentares no ambiente escolar (ALMEIDA GM, et al., 2018). Refletindo as desigualdades da região Norte, a plena realização do PNAE se torna um desafio, principalmente considerando que a aplicação da legislação depende de um conjunto de fatores que incluem estrutura física, logística e número de profissionais atuantes (MARTINS GCC, et al., 2019).

Como uma política integrativa, o PNAE garante o acesso, pelo menos, a uma refeição ao dia, contribuição no desenvolvimento motor e cognitivo, redução da evasão escolar, prevenção de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), por meio da educação em saúde (Kroth, 2019). Na busca do alcance destes resultados, o nutricionista contribui de forma primordial quando executa as atividades previstas na Resolução n°6/2020 (BRASIL, 2020).

Diante do exposto, cabe ressaltar que, pesquisas relacionadas à alimentação escolar, principalmente destinada aos alunos pertencentes a povos e comunidades tradicionais, são ainda limitadas. Portanto, reforça-se a realização de novos estudos que contribuam com o levantamento de dados, oportunizem a frequência de debates e visem o aprimoramento do PNAE quanto à política integrativa e assistencialista.

Enfatiza-se ainda que, por se tratar de uma amostra pequena, foram encontradas dificuldades para o levantamento de dados e correlação estatística entre as variáveis estudadas para uma análise mais aprofundada dos dados, contudo, os demais resultados obtidos mostram uma perspectiva promissora na construção de novos diálogos.

CONCLUSÃO

A maioria dos nutricionistas possuía vínculo contratual com os municípios e atuava, em média, há 4,5 anos no setor de alimentação escolar. Os parâmetros numéricos indicaram inconformidade no quantitativo de quadro técnico. Dentre as ações realizadas pelos nutricionistas, as atribuições operacionais foram as mais prevalentes. Atividades voltadas ao âmbito técnico e logístico foram realizadas em menor frequência. O tempo de atuação do nutricionista na alimentação escolar foi associado à realização de ações de Educação Alimentar e Nutricional. A análise de pontos positivos e de ajustes demonstrou que os municípios apresentaram conformidade quanto à articulação com os atores envolvidos no PNAE, contudo, ainda há desafios frente à execução das demais atividades obrigatórias previstas na Resolução CFN nº 465/2010 para atendimento da alimentação escolar de alunos inseridos em povos e comunidades tradicionais.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Agradecimento à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), da Universidade Federal do Pará (UFPA), pelo financiamento deste estudo e ao Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da UFPA (CECANE/UFPA) pelo apoio no desenvolvimento deste trabalho científico.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA GM, et al. Educação alimentar e nutricional no exercício profissional do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um panorama brasileiro. DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde, 2018; 13: 851–873.
2. BRASIL. Diário Oficial da União. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 09 maio. 2024.
3. BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: Clientela Atendida (Censo Escolar). 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/clientela-atendida-censo-escolar>. Acesso em: 12 dez. 2024.
4. BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação. 2021. Disponível em: https://centrodeexcelencia.org.br/publicacao-12/. Acesso em: 05 dez. 2023.
5. BRASIL. Ministério da Educação. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view. Acesso em: 15 maio. 2024.
6. CABRAL BC, et al. Inclusão de Alimentos da Agricultura Familiar no PNAE: Análise dos Desafios e Possibilidades por meio de uma Ferramenta Problematizadora. Revista Brasileira de Educação do Campo, 2023; 8: e14676.
7. CARVALHO KP, et al. Perfil de atuação do nutricionista responsável técnico pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar em Municípios do Estado de Minas Gerais. Brazilian Journal of Health Review, 2020; 3: 19875–19893.
8. CESAR JT, et al. Alimentação escolar no Brasil e Estados Unidos: uma revisão integrativa. Ciência & Saúde Coletiva, 2018; 23: 991–1007.
9. CFN - CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. 2010. Disponível em: https:// www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/resolucoes_old/Res_465_2010.htm. Acesso em: 12 maio, 2024.

10. CFN - CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. 2024. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cfn-n-789-de-13-de-setembro-de-2024-585096554. Acesso em: 14 nov. 2024.
11. CORREA NAF, et al. Comida de quilombo na merenda escolar: interfaces entre a cultura alimentar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Amazônica - Revista de Antropologia, 2020; 12: 145-163.
12. CORRÊA RS, et al. Atuação do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Sul do Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, 2017; 22: 563–574.
13. DEUS C, SILVA MMC. A atuação de nutricionistas do PNAE e seus efeitos sobre o desempenho escolar. Estudos Econômicos (São Paulo), 2023; 53: 411–455.
14. FAGUNDES AA, et al. Cardápios das escolas públicas municipais de Aracaju, Sergipe. Revista Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2018; 25: 1-9.
15. FARIA MG, et al. Ação do nutricionista no Programa de Alimentação Escolar. Revista Liberum Accessum, 2021; 10: 1-6.
16. GUIMARÃES EPB, et al. Regionalismo presente nos cardápios da alimentação escolar no município de Campinorte-Goiás. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, 2019; 31: 95: 104.
17. KROTH DC, et al.Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. Ciência & Saúde Coletiva, 2020; 25: 4065–4076.
18. LAKATOS EM, MARCONI MA. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003; 310p.
19. LISBÔA CMP, et al. As experiências de extensão universitária na Comunidade Remanescente de Quilombo Machadinha: pelas vozes das extensionistas do projeto CulinAfro. Tempero de Quilombo na Escola: Experiências de extensão do projeto CulinAfro (UFRJ-Macaé). Rio de Janeiro: Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde – NUTES, 2021; 240p.
20. MUNIZ AL, et al. Estado Nutricional e alimentação escolar de estudantes da Comunidade Remanescente de Quilombo Machadinha, Quissamã/RJ. Tempero de Quilombo na Escola: Experiências de extensão do projeto CulinAfro (UFRJ-Macaé). Rio de Janeiro: Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde – NUTES, 2021; 240p.
21. OLIVEIRA NB, et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar e Educação Quilombola: a rede municipal de ensino de Vitória da Conquista/BA. Revista Amazônida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, 2028; 3: 46–64.
22. SALUTO DR, RANGEL TLV. O programa de merenda escolar e a promoção do direito à alimentação no cenário da pandemia da COVID-19. Boletim de Conjuntura (BOCA), 2022; 9: 1-15.
23. SCUDIERI AP, et al. Os desafios e as potencialidades da alimentação escolar quilombola em Machadinha: entrevista com a nutricionista responsável técnica do Programa Nacional de Alimentação Escolar de Quissamã/RJ. Tempero de Quilombo na Escola: Experiências de extensão do projeto CulinAfro (UFRJ-Macaé). Rio de Janeiro: Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde – NUTES, 2021; 240p.
24. SILVA EO, et al. Interações entre práticas alimentares e identidades: ressignificando a escola pública e a alimentação escolar. Cadernos de Saúde Pública, 2019; 35:e00217918.
25. SILVA SU, et al. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ciência & Saúde Coletiva, 2018; 23; 2671–2681.
26. SILVEIRA DT, CÁRDOVA FP. A pesquisa científica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009; 44p.
27. SOUSA JMA, et al. Narrativas sobre os caminhos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na Ilha do Marajó, Pará. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde, 2022. p. 265-274.
28. SOUSA LM, et al. Atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios goianos. Revista da Associação Brasileira de Nutrição - RASBRAN, 2019; 10: 66-71.
29. SOUZA, WC. A importância da antropometria no ambiente escolar. Revista Brasileira de Educação Física, Saúde e Desempenho - REBESDE, 2022;3: 1-7.
30. TOMBINI PK, et al. Desafios da Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar: Perspectiva de Nutricionistas e Educadores. Revista Ágora, 2022; 24: 118-137.